

Enel Cien S.A.

CNPJ: 01.983.856/0001-97

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Cien S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado.....	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Cien S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Fabio Romanin

Relações com investidores

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 / O-2

Contadora responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Enel Cien S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Cien S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

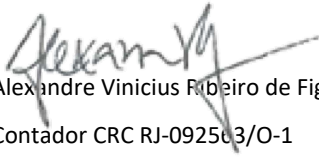
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.479	15.453
Títulos e valores mobiliários	4	12.024	2.702
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		106	34.997
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5	-	75.356
Outros tributos compensáveis	5	2.071	4.076
Disponível para venda	1.1	6.629	343.573
Outros créditos		2.273	379
Total do ativo circulante		53.582	476.536
<u>Ativo não circulante</u>			
Mútuo a receber	6	867.408	-
Depósitos vinculados	12.3	24.351	11
Outros tributos compensáveis	5	35.392	25.098
Tributos diferidos	16	8.608	33.791
Investimentos		-	5.049
Imobilizado	7	4.574	1.041
Intangível	8	6.045	-
Total do ativo não circulante		946.378	64.990
Total do ativo		999.960	541.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	6.213	20.951
Obrigações por arrendamentos	10	160	186
Salários, provisões e encargos sociais		222	2.663
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5	4.613	8.147
Outras obrigações fiscais		2.162	4.305
Encargos setoriais	11	3.040	6.661
Dividendos a pagar	13.2	225.558	12.541
Outras obrigações		21.752	5.158
Total do passivo circulante		263.720	60.612
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	10	743	892
Provisões para processos judiciais	12	1.939	875
Outras obrigações		26	26
Total do passivo não circulante		2.708	1.793
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	285.045	285.045
Reserva legal		57.011	57.011
Reserva de reforço de capital de giro		390.952	38.717
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		524	2.779
Dividendos adicionais propostos		-	95.569
Total do patrimônio líquido		733.532	479.121
Total do passivo e do patrimônio líquido		999.960	541.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(4.134)	(10.930)
Total despesas operacionais		(4.134)	(10.930)
Resultado operacional bruto		(4.134)	(10.930)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	106.132	11.723
Despesas financeiras		(2.255)	(1.218)
Total do resultado financeiro		103.877	10.505
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social de operações em continuidade		99.743	(425)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(214.910)	(89.082)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(25.183)	(4.695)
		(240.093)	(93.777)
Prejuízo do exercício proveniente de operações em continuidade		(140.350)	(94.202)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	1.1	610.033	271.182
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas		610.033	271.182
Lucro líquido do exercício		469.683	176.980
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	13.3	1,65	0,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	469.683	176.980
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	(2.255)	355
	(2.255)	355
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	467.428	177.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Proposta para distribuição de dividendos adicionais			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285.045	57.011	1.551	111.469	-	2.424	457.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	176.980	-	176.980
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	355	355
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(111.469)	-	-	(111.469)
Proposta para destinação do resultado							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.541)	-	(12.541)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(31.704)	-	(31.704)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	95.569	(95.569)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	37.166	-	(37.166)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285.045	57.011	38.717	95.569	-	2.779	479.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	469.683	-	469.683
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	(2.255)	(2.255)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(27)	(95.569)	-	-	(95.596)
Proposta para destinação do resultado							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(117.421)	-	(117.421)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	352.262	-	(352.262)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	285.045	57.011	390.952	-	-	524	733.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	469.683	176.980
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Encargos financeiros sobre arrendamento	140	140
Atualização depósitos judiciais	(2.053)	-
Juros de empréstimos concedidos	(27.933)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	214.910	14.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.183	4.694
Provisões para processos judiciais	1.064	(262)
Redução (aumento) dos ativos:		
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(6.073)	-
Outros tributos compensáveis	(8.289)	(1.069)
Depósitos vinculados	(22.287)	-
Outros créditos	(1.894)	4.990
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(14.738)	1.961
Salários, provisões e encargos sociais	(2.441)	7
Outras obrigações fiscais	(2.143)	837
Encargos setoriais	(3.621)	1.721
Outras obrigações	16.594	(12.310)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(137.015)	-
Pagamentos de juros de arrendamento	(130)	(527)
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades operacionais em continuidade	498.957	192.085
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	36.198	25.022
Total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	535.155	217.107
Atividades de investimentos:		
Redução de capital em controladas	2.794	4.936
Venda de ativos vinculados a concessão - operação descontinuada	870.644	-
Títulos e valores mobiliários	(9.322)	(250)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(839.475)	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimentos em continuidade	24.641	4.686
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos descontinuadas	(544.585)	(21.866)
Total do caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(519.944)	(17.180)
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de arrendamento (principal)	(185)	-
Pagamento de dividendos	-	(214.930)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos em continuidade	(185)	(214.930)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos descontinuadas	-	-
Total do Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(185)	(214.930)
Varição no caixa líquido da Companhia		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	15.026	(15.003)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	30.479	15.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as conversoras de Garabi I e Garabi II localizadas em Garruchos-RS, e suas respectivas Linhas de Transmissão de 525kV, que totalizam 743km de extensão, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida (“RAP”), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 9 (nove) anos para Garabi I, cujo término da vigência foi em 20 de junho de 2020, e de 11 (onze) anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

O Ministério de Minas e Energia havia designado a Enel CIEN para operar as conversoras Garabi I e Garabi II e seus sistemas de transmissão associados até a realização de licitação para assunção de um novo operador (respectivamente, através das portarias nos 245 de 16 de junho de 2020 e 671 de 25 de julho de 2022). As condições de designação seguiram o modelo de RAP acima descrito, com revisão de RAP a cada cinco anos.

Continuidade operacional

O modelo de negócios está sendo revisto, tendo em vista que a Companhia operou por designação até 30 de março de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1. No entanto, a Companhia continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, estudando alternativas para novos negócios. Enquanto o Grupo Enel analisa tais alternativas, cabe mencionar que a Companhia possui caixa suficiente para honrar compromissos futuros, decorrente dos recursos recebidos na operação de indenização das vendas de suas linhas de transmissão, além da geração de receita financeira oriunda de rendimento de aplicações financeiras (nota 3), bem como de mútuos com partes relacionadas (nota 6).

1.1 Operação descontinuada

Venda dos ativos de transmissão

Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5, a Companhia optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023 e, até essa data, a Companhia operou por designação.

Após cumpridas todas as obrigações previstas no edital de “leilão de licitação”, como a transferência de todos os ativos vinculados à concessão, o novo operador assinou em 30 de março de 2023 o contrato de concessão das linhas de transmissão Garabi I e Garabi II, sendo efetuado nesta mesma data o pagamento dos bens indenizáveis no valor de R\$ 870.644. O novo operador não executou a opção constante em edital de contratar a Enel CIEN pelo período de até 3 meses, a título de período de transição das operações.

Em 30 de março de 2023, a Companhia reconheceu o correspondente efeito da baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão.

Em 2023, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações relacionadas à venda dos ativos de transmissão:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Na DRE, as reclassificações impactaram os seguintes grupos:

- Receita líquida, as receitas oriundas da operação de transmissão de energia estão classificadas na linha de Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Custo do serviço, os custos relacionados a operação de transmissão de energia estão classificados na linha de Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, as provisões de PECLD sobre o saldo de contas a receber oriundas da operação da concessão estão classificadas na linha de Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Outras receitas referentes à baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão.
- Resultado de equivalência, o resultado com os investimentos nas empresas CTM e TESA que se encontram classificados como disponíveis para venda e estão em processo de descontinuidade;
- Receita financeira, os montantes de receitas financeiras oriundos exclusivamente da operação da concessão estão classificados na linha Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas.

Venda de investimentos – CTM e TESA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou para disponível para venda o montante de R\$ 6.629, referente ao saldo dos seus investimentos nas empresas argentinas Compañía de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – TESA. Dessa forma, o resultado da equivalência patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi considerado como operação descontinuada nos valores de R\$ 3.835 e R\$ 4.934, respectivamente.

O detalhamento do resultado líquido proveniente de operações descontinuadas está demonstrado no quadro abaixo:

	2023	2022
Receita líquida	87.636	333.283
Custo do serviço	(14.368)	(57.306)
Lucro bruto de operações descontinuadas	73.268	275.977
Despesas operacionais descontinuadas		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.383)	(215)
Outras receitas operacionais	534.656	14
Total despesas operacionais descontinuadas	532.273	(201)
Resultado de equivalência de operações descontinuadas	3.835	(4.934)
Resultado financeiro de operações descontinuadas		
Receitas financeiras	657	340
Total do resultado financeiro de operações descontinuadas	657	340
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	610.033	271.182

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita líquida:

	2023	2022
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	91.770	341.423
Disponibilização da rede de transmissão (RAP) com partes relacionadas (nota 18)	7.962	35.675
Outras receitas	-	2.877
	99.732	379.975
Deduções da receita		
Cofins	(6.957)	(27.271)
Pis	(1.510)	(5.921)
Reserva global de reversão ("RGR")	(2.285)	(8.798)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(849)	(3.304)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(495)	(1.398)
	(12.096)	(46.692)
Total	87.636	333.283

Custo e despesas operacionais:

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	2023				2022			
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(4.402)	-	-	(4.402)	(9.304)	-	-	(9.304)
Material	(207)	-	-	(207)	(1.116)	-	-	(1.116)
Serviços de terceiros	(6.526)	-	-	(6.526)	(15.311)	-	-	(15.311)
Depreciação e amortização	(966)	-	-	(966)	(29.763)	-	-	(29.763)
Aluguéis e arrendamentos	(121)	-	-	(121)	(215)	-	-	(215)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.383)	-	(2.383)	-	(221)	-	(221)
Seguros	(2.095)	-	-	(2.095)	(1.573)	-	-	(1.573)
Outras receitas (despesas)	(51)	-	534.656	534.605	(24)	-	20	(4)
Total	(14.368)	(2.383)	534.656	517.905	(57.306)	(221)	20	(57.507)

ii) Na DFC, as atividades impactadas foram as seguintes:

- a. Atividades operacionais
- b. Atividades de investimentos

O detalhamento dos montantes que impactaram o DFC está demonstrado no quadro a seguir:

	2023	2022
Operações descontinuadas		
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.383	(937)
Depreciação e amortização	1.307	30.469
Redução (aumento) dos ativos:		
Concessionários e permissionários, líquido	32.508	(4.510)
Recebimento pela venda dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão	870.644	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais descontinuadas	906.842	25.022
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	-	(21.866)
Venda de ativos vinculados a concessão - operação descontinuada	326.059	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos descontinuadas	326.059	(21.866)
Varição no caixa líquido da Companhia oriunda das operações descontinuadas	1.232.901	3.156

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações financeiras da Companhia se mantêm no pressuposto de operação descontinuada, sendo aplicado as mesmas políticas contábeis aplicadas em 31 de dezembro de 2022.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP) - RAP 2023

A Receita Anual Permitida (RAP) é a remuneração que as transmissoras recebem pela prestação o serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro anos nos termos dos contratos de concessão.

As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. Os valores são reajustados com base no IPCA anualmente, a fim de ajustar monetariamente os custos gerenciáveis relacionados ao processo de transmissão e remunerar as novas instalações por meio de uma resolução autorizativa.

A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, homologou a RAP correspondente ao período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, para Garabi 1 e Garabi 2 nos montantes de R\$ 179.464 e R\$ 216.414, respectivamente.

O percentual de reajuste da RAP em relação a receita vigente no ciclo 2022/2023 está demonstrado a seguir:

Linhas	Receita Anual	Percentual Reajuste
Garabi I	179.464	11,73%
Garabi II	216.414	11,73%

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a prestação o serviço público de transmissão pela Companhia ocorreu até 31 de março de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 50 - Contratos de Seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas contábeis, estimativa e retificação de erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Divulgações - Acordos de financiamentos de fornecedores	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação	1º de janeiro de 2024
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 8 – Intangível,
- Nota 12– Provisões para processos judiciais;
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 18– Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	1.647	950
Aplicações financeiras (a)		
CDB (Aplicações diretas)	28.832	5.788
Operações compromissadas	-	8.715
Total	30.479	15.453

(a) As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 103,25% do CDI (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As operações compromissadas foram remuneradas, em média 82,70% do CDI em 31 de dezembro de 2022. Não há saldo de aplicações compromissadas em 31 de dezembro de 2023.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos não exclusivos	8.800	2.563
Fundos de investimentos exclusivos	3.224	139
Operações compromissadas	-	1
Títulos públicos	2.990	137
LF - Letra Financeira	234	1
Total	12.024	2.702

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 103,25% do CDI (96,63% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.613 (R\$ 67.209 a compensar em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar e a pagar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, já que o saldo líquido é a pagar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	1.857	133.893
Contribuição social	16	21.680
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.741	718
	12.614	156.291
Imposto de renda e contribuição sociais a pagar		
Imposto de renda	(12.665)	(59.512)
Contribuição social	(4.562)	(21.423)
	(17.227)	(80.935)
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	(4.613)	75.356

O saldo de outros tributos compensáveis é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS	749	-	749	-
PIS e COFINS	1.282	35.392	3.327	25.098
PIS e COFINS (ICMS)	40	-	-	-
Total	2.071	35.392	4.076	25.098

6. Mútuo a receber

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos de mútuos com partes relacionadas são demonstrados como segue:

	31.12.2023		
	Circulante		
	Principal	Juros	Total
Empréstimos a receber - partes relacionadas			
Ampla Energia e Serviços S.A.	202.271	7.793	210.064
Enel Brasil S.A.	637.204	20.140	657.344
	839.475	27.933	867.408
Total	839.475	27.933	867.408

Em 2023, a Companhia celebrou contratos de mútuo com a Ampla Energia e Serviços S.A e com a controladora, Enel Brasil S.A., no valor total de R\$ 839.475, conforme detalhado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Garantia
Mútuo I Ampla	70.794	25/08/2023	22/02/2024	CDI + 1,67%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo II Ampla	91.018	15/09/2023	13/03/2024	CDI + 1,57%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo III Ampla	40.459	16/10/2023	17/04/2024	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo I Enel Brasil	252.848	05/09/2023	05/03/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo I Enel Brasil	101.143	05/10/2023	05/04/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo I Enel Brasil	151.721	16/10/2023	17/04/2024	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	N/A
Mútuo I Enel Brasil	131.492	25/10/2023	26/04/2024	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	N/A

A movimentação é como segue:

	Moeda nacional
	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Recursos concedidos	839.475
Encargos provisionados	27.933
Saldo em 31 de dezembro de 2023	867.408

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Custo atribuído (*deemed cost*)

Significativas variações de preços podem ocorrer desde a aquisição dos ativos, o que pode provocar distorções no balanço patrimonial e no resultado. Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a Companhia identificou bens relevantes (em termos de provável geração futura de caixa) ainda em operação que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo em seus saldos iniciais. A previsão de atribuição de custo é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial, e está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1).

Os efeitos dos procedimentos de *deemed cost* devem ser contabilizados tendo por contrapartida o patrimônio líquido, nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e a conta de tributos diferidos no passivo, sem efeito no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia optou por não participar da licitação para continuar operando a concessão de Garabi I e II, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 efetuou a reclassificação dos ativos correspondentes para disponível para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nenhum *impairment* foi registrado pois o preço da venda estipulado no edital do leilão superava o valor contábil dos ativos apurado em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

	31.12.2022	Depreciação	Reclassificação do disponível para venda (a)	31.12.2023
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	-	-	1.172	1.172
Veículos	-	-	4.079	4.079
Móveis e utensílios	-	-	4.872	4.872
	-	-	10.123	10.123
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	-	(191)	(658)	(849)
Veículos	-	(211)	(3.404)	(3.615)
Móveis e utensílios	-	(165)	(1.713)	(1.878)
	-	(567)	(5.775)	(6.342)
Imobilizado em curso				
Total do imobilizado	-	(567)	4.348	3.781
Ativo de direito de uso				
Edificações	847	(113)	-	734
Veículos	194	(135)	-	59
	1.041	(248)	-	793
Total	1.041	(815)	4.348	4.574

(a) Refere-se aos valores dos bens ativos administrativos (não elétricos), que não compõem a base de remuneração para a venda dos ativos, com isso foram reclassificados do disponível para venda para a base de ativos da Companhia.

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	31.12.2022	Reclassificação para disponível para venda	31.12.2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos	1.076	-	-	-	-	-	1.076	(1.076)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	88.981	-	-	-	479	-	89.460	(89.460)	-
Máquinas e equipamentos	1.250.375	-	-	(68)	17.060	(17.446)	1.249.921	(1.249.921)	-
Veículos	3.831	-	-	-	129	-	3.960	(3.960)	-
Móveis e utensílios	4.872	-	-	-	131	-	5.003	(5.003)	-
	1.349.135	-	-	(68)	17.799	(17.446)	1.349.420	(1.349.420)	-
Depreciação acumulada									
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(68.182)	-	(2.965)	-	-	-	(71.147)	71.147	-
Máquinas e equipamentos	(953.691)	-	(25.960)	68	-	(17)	(979.600)	979.600	-
Veículos	(3.194)	-	(224)	-	-	-	(3.418)	3.418	-
Móveis e utensílios	(1.300)	-	(294)	-	-	-	(1.594)	1.594	-
	(1.026.367)	-	(29.443)	68	-	(17)	(1.055.759)	1.055.759	-
Imobilizado em curso									
Compras em andamento	-	530	-	-	-	-	530	(530)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	44	484	-	-	(479)	-	49	(49)	-
Máquinas e equipamentos	11.139	18.344	-	-	(17.060)	17.463	29.886	(29.886)	-
Veículos	-	129	-	-	(129)	-	-	-	-
Móveis e utensílios	122	268	-	-	(131)	-	259	(259)	-
	11.305	19.755	-	-	(17.799)	17.463	30.724	(30.724)	-
Total do imobilizado	334.073	19.755	(29.443)	-	-	-	324.385	(324.385)	-
Ativo de direito de uso									
Imobilizado de Arrendamento	452	972	(383)	-	-	-	1.041	-	1.041
	452	972	(383)	-	-	-	1.041	-	1.041
Total	334.525	20.727	(29.826)	-	-	-	325.426	(324.385)	1.041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Imóveis	7,00
Veículos	1,00

8. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

O ativo intangível da Companhia é composto por softwares e é amortizado a uma taxa de 20% a.a.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.343	(7.087)	16.256	-	16.256
Adições	-	-	-	2.110	2.110
Transferência para disponível para venda	(17.654)	7.730	(9.924)	(7.799)	(17.723)
Reclassificação	(5.689)	-	(5.689)	5.689	-
Amortização	-	(643)	(643)	-	(643)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-
Transferência do disponível para venda	5.562	(4.361)	1.201	5.336	6.537
Amortização	-	(492)	(492)	-	(492)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.562	(4.853)	709	5.336	6.045

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	4.823	9.771
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 18)	1.390	11.180
Total	6.213	20.951

10. Obrigações por arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	Valor nominal	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento						
Imóveis	836	1.309	30/06/2031	81	Mensal	de 14,04% a.a até 16,32% a.a
Veículos e outros meios de transporte	67	70	31/10/2024	10	Mensal	11,00% a.a
Total	903	1.379				
Circulante	160					
Não circulante	743					

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2023		
	Principal	Juros	Total
Até 1 anos - 2024	269	(109)	160
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	783	(312)	471
Até 2 anos - 2025	183	(96)	87
Até 3 anos - 2026	200	(90)	110
Até 4 anos - 2027	200	(73)	127
Até 5 anos - 2028	200	(53)	147
2028 em diante	327	(55)	272
Total circulante e não circulante	1.379	(476)	903

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	324	169	493
Adição	-	972	972
Pagamentos - juros	(527)	-	(527)
Transferências	249	(249)	-
Encargos provisionados	140	-	140
Saldo em 31 de dezembro de 2022	186	892	1.078
Pagamentos - principal	(185)	-	(185)
Pagamentos - juros	(130)	-	(130)
Transferências	149	(149)	-
Encargos provisionados	140	-	140
Saldo em 31 de dezembro de 2023	160	743	903

11. Encargos setoriais

Os encargos setoriais estão estabelecidos por leis, aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL, e cada uma das taxas possui objetivos predefinidos.

	31.12.2023	31.12.2022
Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")	2.522	5.332
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	111	111
Outros	407	1.218
Total	3.040	6.661

12. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

12.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Trabalhistas	299	1	30	-	330
Cíveis	3	4	-	-	7
Fiscais	573	564	1.028	(563)	1.602
Total	875	569	1.058	(563)	1.939

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	31.12.2022
Trabalhistas	278	-	(1)	22	299
Cíveis	511	1	(581)	72	3
Fiscais	348	208	-	17	573
Total	1.137	209	(582)	111	875

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

Processo fiscal

A Companhia discute em execução fiscal supostos débitos de PIS e COFINS materializados em 7 inscrições em dívida ativa. Após decisão parcialmente favorável foi decretada a nulidade de 4 inscrições e reconhecida a decadência de 1 inscrição em dívida ativa, bem como a redução parcial das outras duas inscrições remanescentes. A Companhia aguarda o retorno dos autos ao tribunal de origem para a liquidação da parte

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incontroversa. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado do processo é de R\$ 5.124, sendo provável de perda o valor de R\$ 1.602.

12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	870	1.019
Cíveis (b)	716.533	658.316
Fiscais (c)	51.745	63.932
Total	769.148	723.267

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

b) Cíveis

O principal processo refere-se a Tractebel x CIEN: A empresa Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Tractebel requereu a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que foi concluída. Em fevereiro de 2023 foi proferida decisão de 1º instância favorável à Companhia. Apresentado recurso por Tractebel - aguardando julgamento do recurso de apelação.

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 658.316 em 31 de dezembro de 2023, podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

c) Fiscais

Os principais processos estão listados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo	Requerente	Objeto	Probabilidade de perda	Valor total	Decisão preliminar	31.12.2023
Fiscal	Fazenda Nacional	A receita federal está cobrando débitos de PIS e COFINS. A Companhia argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	Possível	5.124	- Decisão de segunda instância desfavorável, mantendo os débitos - A Companhia apresentou recurso especial que foi inadmitido.	A Companhia, após decisão desfavorável, pagou parcialmente os débitos. Reduzindo o valor em discussão.
Fiscal	Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	Possível	-	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável à Companhia	Processo encerrado
Fiscal	Estado do Rio Grande do Sul	Execução Fiscal apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul para cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo da Companhia.	Possível	21.475	Não aplicável	A Companhia apresentou ação rescisória para seguir discutindo o tema da Ex.ecução Fiscal, uma vez que o mérito do processo não foi propriamente analisado pelo Tribunal. Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 22.287 - vide nota explicativa 12.3
Fiscal	Fazenda Nacional	Execução Fiscal objetivando a cobrança de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS objeto de compensações não homologadas pela RFB, sob o argumento de inexistência dos indêbitos tributários utilizados nas compensações ,decorrentes de pagamentos a maior de PIS e COFINS nos meses de fevereiro, março, julho e agosto de 2004, bem como janeiro a abril, junho e setembro de 2005.	Possível	22.691	Defesa apresentada em primeira instância judicial.	Decisão de primeira instância judicial

12.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	12	11
Fiscais	24.339	-
Total	24.351	11

A movimentação dos depósitos judiciais é como se segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	11	11
Adições (nota 12.2 c)	22.287	-
Atualizações	2.053	-
Saldo inicial	24.351	11

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%
Total	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

13.2 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, após as deduções legais.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	469.683	176.980
Dividendo mínimo obrigatório	(117.421)	(12.541)
Dividendos intercalares	-	(31.704)
Dividendo adicional proposto	-	(95.569)
Reserva para reforço de capital de giro	(352.262)	(37.166)
	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2023, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 176.980, sendo que desse montante: R\$ 12.541 na forma de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$ 31.704 referente ao pagamento de dividendos intercalares imputáveis ao dividendo obrigatório, R\$ 95.569 referente a dividendo adicional proposto e o montante de R\$ 37.166 na forma reserva para reforço de capital de giro.

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	31.12.2022	Efeito não caixa		31.12.2023
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	
Dividendos a pagar	12.541	95.596	117.421	225.558

Em 28 de dezembro de 2023, a Controladora Enel Brasil, aprovou a postergação do pagamento dos dividendos de R\$ 108.138, cujo vencimento era em 31 de dezembro de 2023, para 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual.

	31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos intercalares	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	71.757	111.469	12.541	31.704	(214.930)	12.541

13.4 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	469.683	176.980
Número de ações	285.044.682	285.044.682
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	1,65	0,62

14. Despesas operacionais

	2023	2022
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	(1.242)	(5.383)
Provisão de processos judiciais	(569)	373
Material	(2)	(32)
Serviços de terceiros	(1.739)	(2.237)
Depreciação e amortização	(248)	(383)
Aluguéis e arrendamentos	362	224
Outras despesas	(696)	(3.492)
Total	(4.134)	(10.930)

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	59.406	3.781
Atualização de créditos tributários	21.847	8.384
Atualização de depósitos judiciais	2.053	-
Mútuos	27.933	-
Outras variações cambiais	99	144
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(5.206)	(586)
	106.132	11.723
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(193)	(132)
Atualização de provisão para processos judiciais	(1.058)	(111)
Garantias e fianças	(573)	(209)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(172)	(73)
Juros em arrendamento	(140)	(140)
Outras variações cambiais	(12)	(195)
Outras despesas financeiras	(107)	(358)
	(2.255)	(1.218)
Total	103.877	10.505

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

16.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(158.016)	(56.894)	(65.487)	(23.595)
Diferidos	(18.517)	(6.666)	(3.452)	(1.243)
	(176.533)	(63.560)	(68.939)	(24.838)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	709.776	709.776	270.757	270.757
Adições:				
Gratificação a administradores	(3)	(3)	-	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	289	289	283	283
Equivalência patrimonial	(3.835)	(3.835)	4.934	4.934
	(3.549)	(3.549)	5.217	5.217
Base de cálculo	706.227	706.227	275.974	275.974
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(176.533)	(63.560)	(68.970)	(24.838)
Complemento de variação cambial não realizada	-	-	31	-
Total	(176.533)	(63.560)	(68.939)	(24.838)
Alíquota efetiva	24,87%	8,95%	25,46%	9,17%

16.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para ações judiciais e regulatórias	659	297	362	(89)
Variações cambiais não realizadas	-	27.739	(27.739)	(3.274)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.035	319	716	(25)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	37	55	(18)	41
Outras provisões	6.877	5.381	1.496	(1.348)
Total	8.608	33.791	(25.183)	(4.695)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31.12.2023
2024	7.859
2025	66
2026	66
2027	66
2028 a 2030	221
2031 a 2033	330
Total	8.608

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

17. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Fevereiro de 2024	(7.399)	(8.330)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2024	9.283	(12.541)	-	-
Mútuo	Março de 2024	657.344	-	20.140	-
Total		659.228	(20.871)	20.140	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transporte de energia					
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	54	165	680
Enel Green Power Volta Grande		29	47	145	584
Ampla Energia e Serviços S. A.		(79)	413	1.418	5.037
CELG Distribuição S.A		-	-	-	5.165
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.		-	-	-	209
Coelce - Companhia elétrica do Ceará S. A.		(37)	316	1.103	4.088
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		-	1.482	4.465	17.698
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 5 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.		3	3	9	35
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.		3	3	9	38
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A.		4	4	9	35
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 4 S.A.		2	1	6	20
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A.		1	2	6	25
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 13		1	2	7	30
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 5 S.A.		2	-	6	15
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 8 S.A.		4	3	6	14
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 3 S.A.		3	1	6	20
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A.		5	3	9	27
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 7 S.A.		3	3	5	11
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 6 S.A.		2	-	6	14
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A.		5	2	9	22
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 14 S.A.		5	3	9	26
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 9 S.A.		5	3	9	27
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A.		2	3	10	39
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A.		3	3	6	22
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 1 S.A.		2	1	6	20
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 2 S.A.		2	1	6	20
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 10 S.A.		6	3	8	25
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 20 S.A.	Março de 2023	4	3	6	25
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		5	4	6	24
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 15 S.A.		-	3	10	41
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 17 S.A.		2	3	9	37
Enel Green Power Sao Goncalo 6 S.A.		3	2	8	32
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.		1	2	7	27
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.		1	2	7	27
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.		1	2	7	27
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.		1	2	7	27
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.		1	2	6	25
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.		2	1	6	18
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.		2	-	6	17
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.		2	-	6	15
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.		2	-	6	14
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 08 S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 16 S.A.		1	2	7	27
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 21 S.A.		1	2	7	29
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 22 S.A.		1	2	7	29
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 25 S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Ventos de Santa Esperanca 26 S.A.		1	2	7	29
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela ACL 12		1	1	5	20
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 13 S.A		1	1	5	19
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 16 S.A		1	1	5	21
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 18 S.A		1	1	5	21
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.		1	2	8	29
Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.		1	2	8	29
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.		1	2	8	29
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.		3	2	7	29
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.		1	2	7	29
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		2	2	8	34
Enel Green Power Fontes dos Ventos 3 S.A.		2	2	8	33
Enel Green Power Cristal Eólica S.A		1	2	4	15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transporte de energia (continuação)					
Enel Green Power Sao Judas Eólica S.A.		2	1	4	15
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		2	2	4	15
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Joana Eólica S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.		1	1	4	15
Enel Green Power Pedra Do Geronimo Eólica S.A.		1	2	4	15
Enel Green Power Tacaico Eólica S.A.		-	1	2	9
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.		2	2	5	19
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		1	2	8	31
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		2	2	7	27
Enel Green Power Esperanca Eólica S.A.		2	2	6	25
Enel Green Power Manicoba Eólica S.A.		2	2	7	27
Enel Solucoes Energeticas Ltda		-	-	1	2
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		4	4	12	47
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.		1	1	4	16
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.		-	-	1	5
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.		1	1	4	18
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.		1	1	4	18
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.		2	1	3	12
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.		2	2	5	19
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		1	1	3	13
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	Março de 2023	2	1	4	18
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		1	3	8	33
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		1	2	8	32
Enel Green Power Sao Abraão Eólica S.A.		1	1	4	17
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.		1	2	8	25
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.		1	2	8	24
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.		-	-	9	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.		1	5	8	23
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.		2	-	9	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.		1	2	8	25
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.		1	5	8	24
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.		2	5	8	24
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.		2	5	8	23
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.		2	5	8	22
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.		-	-	7	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.		-	-	5	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		3	3	10	38
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura					
Ampla Energia e Serviços S. A.		-	(79)	-	-
Coelce - Companhia Elétrica do Ceará S. A.		(819)	(819)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Fevereiro de 2024	(1.151)	(1.044)	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.		-	29	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		-	(263)	-	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Março de 2020 a março de 2025	-	(22)	-	-
Mútuo					
Ampla Energia e Serviços S. A.	Março de 2024	210.064	-	7.793	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle					
Enel Iberoamericana	Março de 2023	(265)	(282)	-	-
Total		207.920	19	15.755	35.675

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Transporte de energia (operação descontinuada)

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Companhia e as demais empresas, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Remuneração da Administração

A Companhia não teve gastos com remuneração do Conselho de Administração e dos administradores em 31 de dezembro de 2023 e 2022, dado que a mesma não possui mais diretores estatutários desde março de 2020.

18. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

18.1 Instrumentos financeiros

18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	30.479	30.479	15.453	15.453
Empréstimos a receber	Custo amortizado	2	867.408	867.408	-	-
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	12.024	12.024	2.702	2.702
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	106	106	34.997	34.997
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	24.351	24.351	11	11
			934.368	934.368	53.163	53.163
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	6.213	6.213	20.951	20.951
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	903	903	1.078	1.078
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	225.559	225.559	12.541	12.541
			232.675	232.675	34.570	34.570
Total			1.167.043	1.167.043	87.733	87.733

* Conforme detalhado na nota explicativa 18.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("Risk Owners").

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes.

No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	(30.479)	(15.453)
Títulos e valores mobiliários	(12.024)	(2.702)
Dívida líquida	(42.503)	(18.155)
Patrimônio líquido	733.532	479.121
Índice de endividamento líquido	-6%	-4%

Embora presente em 31 de dezembro de 2023 passivo circulante superior ao ativo circulante, a Companhia não deve apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou à sua Holding Enel Brasil. A Companhia conta também com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)* , poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas ao pagamento de fornecedores no mercado.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos com partes relacionadas indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.